

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> — Maristela Basso	15
<i>Prefácio</i> — Nelson Mannrich	17
<i>Nota introdutória</i>	19

PRIMEIRA PARTE ASPECTOS GERAIS DOS DIREITOS INTELECTUAIS

<i>Introdução</i>	31
1. Os direitos intelectuais	32
1.1. Objeto	32
1.2. Natureza jurídica	33
1.3. Direito de propriedade sobre as produções do espírito e sinais distintivos	34
2. Concepção multifacetária da propriedade intelectual: bens imateriais protegidos e as respectivas tutelas no direito positivo	38
2.1. Invenção, modelo de utilidade, desenho industrial e marcas	39
2.2. Informações confidenciais	42
2.3. Indicações geográficas	43
2.4. As cultivares	44
2.4.1. Melhorista e obtentor	46
2.4.2. A Convenção da UPOV	46
2.5. Topografia de circuitos integrados	46
2.5.1. Proteção à propriedade intelectual da topografia de circuitos integrados	47
2.5.2. O acordo TRIPs e o ordenamento jurídico brasileiro em face dos <i>microchips</i>	48
2.6. Obra literária artística ou científica	48
2.6.1. Obras intelectuais protegidas pelo direito do autor	50

2.6.2. Obras intelectuais parcial ou totalmente excluídas da proteção	50
2.6.3. Proteção conferida	51
2.6.4. Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas	51
2.7. Direitos conexos	52
2.7.1. O objeto dos direitos conexos	53
2.7.2. Direitos dos artistas, intérpretes ou executantes	53
2.7.3. Convenção de Roma	54
2.8. Programas de computador	54
2.9. Conhecimentos e criações tradicionais	56
2.10. Comparativo entre o regime jurídico do direito autoral e o da propriedade industrial	56
3. A concepção unitária da propriedade intelectual	59

SEGUNDA PARTE
ASPECTOS CONSTITUCIONAIS RELATIVOS À PROPRIEDADE IMATERIAL
DECORRENTE DO VÍNCULO DE EMPREGO

Introdução	67
1. A propriedade intelectual de empregados e empregadores como direito fundamental	68
2. A distribuição da propriedade intelectual decorrente do vínculo de emprego e a ordem econômica	74
3. A propriedade intelectual do empregado como elemento motivador do desenvolvimento econômico	78
4. A participação nos resultados como direito intelectual do empregado	82
5. Fiscalização do aproveitamento econômico das obras intelectuais pelos sindicatos	86

TERCEIRA PARTE
O DIREITO POSITIVO BRASILEIRO E A TUTELA DOS
DIREITOS INTELECTUAIS DE EMPREGADOS E EMPREGADORES

Introdução	91
1. Propriedade industrial de invenções, modelos de utilidade e desenhos industriais elaborados por empregados	92
1.1. Evolução legislativa	92
1.2. Os inventos, modelos de utilidade e desenhos industriais criados por empregados: regime jurídico atual	97

1.2.1. Espécies de invenções ou modelos de utilidade de empregados	97
1.2.1.1. Invenção de serviço	98
1.2.1.2. Invenção mista	99
1.2.1.3. Invenção livre	102
1.2.1.4. Invenções de empresa ou estabelecimento	103
1.2.2. Os desenhos industriais feitos por empregados	104
2. O empregado em face dos direitos intelectuais do empregador: segredo de empresa	105
2.1. Obrigação de sigilo pelo empregado: evolução legislativa	106
2.2. A violação do segredo de empresa como justa causa para a dispensa do empregado	107
2.2.1. Segredo de empresa	108
2.2.2. Violação de segredo	109
2.3. Aspectos penais da violação de sigilo pelo empregado	109
2.4. Direitos intelectuais do empregador como objeto da proteção trabalhista, penal e civil	110
2.5. Dever de preservar o sigilo após o término do contrato de trabalho	111
2.6. Cláusula de não concorrência e dever de confidencialidade	112
3. A Lei de Proteção dos Cultivares e os direitos intelectuais de empregados e empregadores	114
3.1. Empregados e empregadores como melhoristas e obtentores	114
3.2. Direitos morais dos melhoristas	114
3.3. Direitos intelectuais relativos às cultivares desenvolvidas no curso do vínculo de emprego ou de prestação de serviços	115
3.3.1. Obtenção de cultivar de serviço	115
3.3.2. Obtenção de cultivar mista	116
3.3.3. Obtenções de cultivares livres	117
4. A legislação sobre direitos autorais e o contrato de trabalho	118
4.1. Autoria e titularidade nas obras decorrentes da relação de emprego	118
4.2. A distribuição de direitos autorais entre empregado e empregador: evolução legislativa ..	118
4.3. Regime jurídico em vigor relativo aos direitos do autor empregado e de seu empregador ...	120
4.3.1. Obra realizada por autor individual com vínculo empregatício	121
4.3.2. Obra realizada por diferentes pessoas: obra coletiva	122
4.4. Direitos intelectuais dos jornalistas empregados	124

5. Direitos conexos. A propriedade intelectual dos empregados artistas intérpretes e executantes e de seus respectivos empregadores	125
5.1. Evolução legislativa	126
5.2. Regulamentos profissionais que interferem nos direitos intelectuais relacionados aos direitos conexos	127
5.2.1. Artista intérprete não musical	127
5.2.2. Radialistas	129
5.2.3. Artista intérprete musical	129
6. Propriedade intelectual sobre softwares criados por empregados	130
6.1. Evolução legislativa	130
6.2. Regime jurídico atual	130
6.2.1. <i>Software</i> de serviço	131
6.2.2. Criação de <i>software</i> pelo empregado sem a cooperação do empregador	134
6.2.3. Criação de <i>software</i> misto	135
7. Topografia de circuitos integrados e os direitos intelectuais dos empregados	136
8. Comparativo entre os diversos regimes jurídicos relativos a obras intelectuais criadas por empregados	137

QUARTA PARTE
A VISÃO UNITÁRIA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E
SEUS REFLEXOS NO DIREITO DO TRABALHO

Introdução	141
1. Patente, registro ou certificado: desnecessidade para a incidência das regras distributivas de direitos entre empregado e empregador	143
2. Direitos intelectuais do empregador em relação às obras intelectuais criadas por seus empregados	147
2.1. Autoria e titularidade das obras intelectuais criadas por empregados	147
2.1.1. Regra geral sobre a titularidade da obra intelectual aplicada ao contrato de trabalho	148
2.1.2. O contrato de trabalho e os frutos do trabalho intelectual do empregado	149
3. Direitos dos empregados em relação às obras intelectuais de sua autoria	154
3.1. Proibição do enriquecimento sem causa e a distribuição da propriedade intelectual entre empregados e empregadores	154



3.2. Direitos patrimoniais relativos às criações imateriais dos empregados	155
3.2.1. Direitos de propriedade intelectual de empregados como direito de propriedade ou direito à participação nos resultados da empresa	156
3.2.1.1. Direitos de propriedade intelectual de empregados como direito de propriedade	156
3.2.1.2. Direitos intelectuais dos empregados como participação nos resultados ...	157
3.2.2. Natureza não salarial da parcela paga ao empregado como fruto de sua criação intelectual	158
3.2.2.1. Fatores determinantes da natureza não salarial dos valores recebidos por empregados a título de propriedade intelectual: direitos de propriedade da obra intelectual e participação nos resultados da sua exploração econômica	158
3.2.2.2. O art. 218, § 4º, da Constituição Federal como norma geral exclusiva da natureza salarial das parcelas recebidas a título de retribuição pelas criações intelectuais de empregados	159
3.2.2.3. Pagamento de valores como retribuição de direitos intelectuais de empregados e o princípio da primazia da realidade	159
3.3. Os direitos morais dos empregados nas obras intelectuais decorrentes do contrato de trabalho	161
4. Peculiaridades do contrato de trabalho do empregado autor, inventor ou artista	164
4.1. Subordinação, poder diretivo e liberdade de criação	164
4.2. Deveres especiais do empregado criador intelectual	165
5. O princípio protetivo e os direitos dos empregados relativos às obras intelectuais de sua autoria	167
5.1. Irrenunciabilidade	167
5.2. Condição mais benéfica	171
5.3. Primazia da realidade	172
6. Sindicalização do empregado criador de obras intelectuais	175
7. A completude do sistema jurídico regulatório dos direitos intelectuais de empregados e empregadores no Brasil	177
8. Programas de incentivo a ideias de empregados	183
8.1. Uma ideia que dá lucro	183
8.2. A experiência da Volkswagen	184

8.3. Os planos de incentivo às ideias de empregados em face das leis de propriedade intelectual e do direito do trabalho	186
8.3.1. A sugestão do empregado como criação de serviço, mista ou livre	187
8.3.2. Os planos de incentivo e as criações protegidas	187
8.3.3. Natureza jurídica dos “planos de sugestões”	188
8.3.4. Regime jurídico das sugestões que não são consideradas inventos, modelos industriais, desenhos industriais ou <i>software</i>	189
9. Legislação estrangeira e a propriedade intelectual de empregados e empregadores	191
9.1. Alemanha	191
9.2. França	193
9.3. Espanha	193
9.4. Estados Unidos	195
Conclusões	197
Bibliografia	201

ANEXOS

1. Proposta de projeto de lei	209
2. Quadros comparativos	212
2.1. Quadro comparativo das diversas leis que tratam da distribuição de direitos entre empregado e empregador	212
2.2. Quadro comparativo: criações de serviço	213
2.3. Quadro comparativo: criações intelectuais mistas	214
2.4. Quadro comparativo: criações intelectuais livres	215

